

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 139/XII/ 3.ª SL

Aos 06 dias do mês de maio de 2014, pelas 16:00 horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

(1ª parte)

Com a presença da delegação da Comissão de Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades da Assembleia da República de Moçambique.

1. Informações.

2. Distribuição de iniciativas:

- Proposta de Resolução nº 75/XII/3ª - "Aprova o Acordo Suplementar ao Protocolo sobre o Estatuto dos Quartéis-Generais Militares Internacionais criados em consequência do Tratado do Atlântico Norte entre a República Portuguesa, por um lado, e o Quartel-General do Comando Supremo das Forças Aliadas na Europa e o Quartel-General do Comandante Supremo Aliado para a Transformação, por outro".

3. Aprovação de pareceres:

- Relatório do Governo "Portugal na União Europeia 2013". Deputado Relator: Filipe Lobo D'Ávila (CDS/PP).

4. Outros assuntos.

(2ª parte)

Audição do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Luís Campos Ferreira, a requerimento do PCP, sobre a situação atual e o futuro do Instituto de Investigação Científica Tropical, com a presença da delegação da Comissão de Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades da Assembleia da República de Moçambique.

(3ª parte)

Audição do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Luís Campos Ferreira, sobre o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 139/XII/ 3.ª SL

(1ª parte)

Com a presença da delegação da Comissão de Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades da Assembleia da República de Moçambique.

1. Informações.

O Sr. Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, deu início à reunião começando por cumprimentar os membros da delegação da Comissão de Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades (CRICC) da Assembleia da República de Moçambique e, em especial, a Sr.ª Presidente, Deputada Inês Martins e disse que é um privilégio poder retomar o diálogo político. Para a Assembleia da República e, em especial para esta Comissão, o acompanhamento e a compreensão da realidade política moçambicana é uma questão que se reveste de maior relevo. Deu de seguida a palavra à Sr.ª Presidente da CRICC, Deputada Inês Martins, que cumprimentou os membros da Comissão e agradeceu o convite feito pelo Sr. Presidente aquando da visita à Assembleia da República de Moçambique. Disse ainda que a delegação está em Portugal para aprender porque Portugal, em termos de democracia está muito mais avançado. Apresentou os restantes elementos da delegação e explicou, de forma sucinta, o funcionamento e composição das comissões parlamentares na Assembleia da República de Moçambique.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD), a Sr.ª Deputada Maria de Belém Roseira (PS), os Srs. Deputado Paulo Pisco (PS) e Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP) e as Sras. Deputadas Carla Cruz (PCP) e Helena Pinto (BE) intervieram de seguida para saudar, na pessoa da Sr.ª Presidente, a delegação da Assembleia da República de Moçambique e manifestar a importância e o interesse na cooperação e intercâmbio de experiências entre os dois parlamentos.

O Sr. Deputado Gildo Fortunato Elias Muaga agradeceu, em nome da delegação, o acolhimento e ainda pela forma como está a decorrer a visita.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 139/XII/ 3.ª SL

O Sr. Presidente apresentou à delegação moçambicana os pontos restantes da ordem de trabalhos e como iria decorrer a audição.

2. Distribuição de iniciativas:

- Proposta de Resolução nº 75/XII/3ª - "Aprova o Acordo Suplementar ao Protocolo sobre o Estatuto dos Quartéis-Generais Militares Internacionais criados em consequência do Tratado do Atlântico Norte entre a República Portuguesa, por um lado, e o Quartel-General do Comando Supremo das Forças Aliadas na Europa e o Quartel-General do Comandante Supremo Aliado para a Transformação, por outro".

Cabe ao grupo parlamentar do PS a indicação de Deputado autor do parecer, o respetivo Coordenador, Deputado Paulo Pisco, informou que indicaria posteriormente.

3. Aprovação de pareceres:

- Relatório do Governo "Portugal na União Europeia 2013".

O Sr. Deputado Filipe Lobo D'Ávila (CDS/PP) apresentou o parecer começando por referir que o parecer centra-se nas matérias respeitantes ao âmbito da ação da Comissão, nomeadamente nas várias dimensões do campo de atuação da política externa, não só nas fronteiras da Europa, como noutras regiões do Mundo. O Relatório "*Portugal na União Europeia – 2013*" é fundamentalmente um documento descritivo que procede a uma extensa enumeração das atividades realizadas no âmbito da participação de Portugal no processo de construção europeia. Destacou no parecer um conjunto de aspetos importantes, como o acompanhamento por Portugal da implementação das orientações estabelecidas na agenda para a mudança da UE, incluindo no quadro do debate sobre os regulamentos dos Instrumentos Financeiros para 2014-2020. Portugal defendeu também a necessidade de levar à prática as orientações em matéria de interligação entre as áreas de segurança e do desenvolvimento e a adoção de uma abordagem abrangente da UE para os Estados Frágeis. Destacou ainda a participação de Portugal na definição da posição da UE para os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e na área da cooperação para o desenvolvimento. Incluiu no parecer a sua opinião, no sentido que o Portugal precisa, justamente por estar sob um programa de assistência financeira que em breve termina, de redimensionar a sua política europeia. Para tal, precisa de fazer valer as suas características geográficas, mas também as boas relações bilaterais que possui

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 139/XII/ 3.ª SL

no quadro transatlântico. Considera ainda que ausência de dependência energética portuguesa face à Rússia deveria levar a nossa política externa, em particular a nossa política europeia, a um protagonismo maior na defesa da ordem europeia pós-Guerra Fria, na estabilidade das fronteiras na Europa e na integridade territorial dos Estados. Concluiu a apresentação reiterando o carácter descritivo do Relatório.

O Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) felicitou o Sr. Deputado pelo Parecer e pela apresentação que fez. O Parecer, embora descritivo, vai mais além e deve ser saudado pela sua extensão e precisão. Considerou ainda que as considerações quanto a diversos pontos são bastante interessantes. Sublinhou a opinião expressa pelo Sr. Deputado e disse que partilhava a ideia de necessidade de uma reflexão quanto a estas matérias e ao papel de Portugal.

A Sr.ª Deputada Maria José Moreno (PSD) começou por cumprimentar a delegação da Assembleia da República de Moçambique, tendo de seguida saudado o Sr. Deputado pelo Parecer e concluiu referindo que acompanha as reflexões expressas no Parecer.

A Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) cumprimentou o Sr. Deputado pelo Parecer e disse que se tratava de um parecer exaustivo e descritivo mas em que são omissas as consequências dos tratados na política portuguesa. Referiu ainda que as posições de Portugal na UE não defendem os interesses do país e da produção nacional pelo que irá votar contra o parecer.

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) disse que o Relatório é denso e complexo, pelo que o Parecer que o Sr. Deputado elaborou e apresentou ajuda à sua leitura. Em termos de avaliação política, o relatório é fiel à política seguida por Portugal no quadro da UE pelo que votará também contra. O Sr. Deputado expressou a sua opinião pessoal, o que considera importante, e fala da necessidade de debate sobre estes temas, com o que concorda. Concluiu, considerando que é preciso discutir a política europeia e é necessário debatê-la na Assembleia da República que não deve prescindir do debate alargado.



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 139/XII/ 3.ª SL

O Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP) agradeceu os comentários feitos pelos Srs. Deputados e disse que foi uma opção metodológica não descrever os impactos do posicionamento de Portugal na EU. Expressou a sua opinião pessoal e reiterou a ideia que estamos em fim de ciclo pelo que é bom refletir e debater os caminhos a seguir.

O Sr. Presidente considerou que a opinião pessoal expressa pelo Sr. Deputado no parecer, embora não esteja sujeita a votação é um elemento fundamental de reflexão.

O parecer foi submetido a votação, tendo sido aprovado com os votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e os votos contra do PCP e do BE.

(2ª parte)

Audição do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Luís Campos Ferreira, a requerimento do PCP, sobre a situação atual e o futuro do Instituto de Investigação Científica Tropical, com a presença da delegação da Comissão de Relações Internacionais, Cooperação e Comunidades da Assembleia da República de Moçambique

A reunião prosseguiu com a presença do Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Luís Campos Ferreira. O Sr. Presidente depois de ter cumprimentado o Sr. Secretário de Estado, informou os presentes como iria decorrer a audição, tendo, de seguida, dado a palavra à Sr.ª Deputada Carla Cruz.

A Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) começou por referir que a passagem da tutela do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) para o MNE, embora discutível, poderia ter configurado uma aposta na cooperação e no desenvolvimento. O Estado, ao optar pela extinção do IICT, está a deitar fora uma instituição de grande valor histórico, cultural e científico e não assegura a preservação e segurança designadamente dos arquivos e da estação agronómica. O IICT tem coleções de botânica e zoológica, que representam a flora e fauna de regiões tropicais, especialmente dos países lusófonos. O IICT integra ainda o Arquivo Histórico Ultramarino que tem documentos provenientes de arquivos da administração

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 139/XII/ 3.^a SL

ultramarina desde o séc. XVII. Ao optar-se pela integração na universidade, as equipas vão sendo colocadas em várias unidades perdendo-se a matriz do IICT. Há trabalhadores eventuais e bolseiros de investigação que suprimem necessidades permanentes e que, por isso, deveriam ter um vínculo permanente. Como é que vai ser feita a transição para a Universidade de Lisboa e em que moldes? Todos os trabalhadores transitam para a Universidade? Concluiu dizendo que esta informação teria que ser dada hoje na audição.

O Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Luís Campos Ferreira, começou por cumprimentar a delegação moçambicana e referir que esteve recentemente em Moçambique, por ocasião da cimeira bilateral. Quanto à matéria objeto da audição, recordou que já cá tinha estado anteriormente, mas a Comissão é que não o pôde ouvir. Pediu desculpa por não ter vindo anteriormente porque reconhece as obrigações que tem para com a Assembleia da República. Respeita o IICT e teve como princípio durante o processo, salvaguardar um acervo de 130 anos de história e de saber tropical, valorizar os recursos humanos e aquilo que é a mais-valia do IICT, a política externa portuguesa. Queria manter a identidade e a marca do Instituto e para isso tinha três hipóteses: manutenção do *status quo*, fusão com o Camões ou integração numa universidade. Entendeu, depois de várias consultas, que a melhor alternativa, era a aproximação à universidade. Em estreita colaboração com a direção do IICT foi autorizada a saída de funcionários para outros organismos. Recentemente chegou a um acordo de princípio com a Universidade de Lisboa e estão a trabalhar em conjunto com vista à sua concretização. A celeridade não pode significar precipitação. Com este acordo colocou três questões: a integridade e custódia do arquivo, a manutenção dos postos de trabalho com direitos respetivos inalterados e a preservação da marca.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) disse que os primeiros esclarecimentos são para dar conhecimento da integração numa universidade, pelo que perguntou quais as razões para optar pela Universidade de Lisboa. A segunda questão é sobre os passos dados pelo Governo para a definição desta opção. A concluir perguntou o que foi o relatório Contzen e ainda em que medida está garantida a autonomia do IICT no espaço da universidade, atendendo ao especial estatuto que detinha até ao presente.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 139/XII/ 3.ª SL

O Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Luís Campos Ferreira, disse que as razões para se optar pela Universidade de Lisboa, resultaram da complementaridade plena entre o AHU e o espólio existente naquela Universidade, o facto de 50% dos projetos do IICT estarem já associados à Universidade e a proximidade. As sinergias que existem com a Universidade de Lisboa são muito intensas. Quanto ao relatório, acha excessivo denomina-lo pelo autor, e esclareceu que foi solicitado pela direção do instituto, mas não com o objetivo de levar a que se prescindia de colaboradores. Concluiu referindo que houve muitos outros documentos que foram também considerados.

O Sr. Deputado Pedro Silva Pereira (PS) disse que o Governo fez uma escolha e fala em integração, mas o que estamos a falar é da extinção de um instituto enquanto uma unidade orgânica autónoma. Isto representa uma mancha na política de cooperação do atual Governo. O Governo promoveu um grupo de trabalho para estudar a organização da diplomacia económica, que previa uma maior proximidade entre o IPAD e o IICT, depois o IICT encomendou o Relatório ao Professor Contzen que também não preconiza a integração na universidade, mas apenas cooperação. Todos os pareceres defendem a manutenção do IICT como entidade autónoma. Um dos documentos que está, aliás, disponibilizado no site, enviado pelo Ministério da Economia, é no sentido da manutenção como entidade independente. A decisão de integração do IICT surge apenas após o Orçamento do Estado para 2014 que cortou 50% do orçamento desta instituição. Prosseguiu referindo que importa saber se o Estado quer dispor de um organismo público para a política de cooperação ou não. Concluiu referindo que o Sr. Secretário de Estado veio à Comissão e não tem um texto para apresentar mas apenas um acordo de princípio, cuja distribuição solicitou.

O Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Luís Campos Ferreira, começou por referir que o Sr. Deputado Pedro Silva Pereira insiste na extinção do IICT o que não vai acontecer. Quando estamos no Governo temos o direito e o dever de decidir, prosseguiu. As razões que fundamentam esta decisão resultam da convicção que o IICT funcionará melhor se estiver integrado numa rede universitária. Disse ainda que chega ao fim de 5 meses com um acordo de princípio e

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 139/XII/ 3.ª SL

confessou que não estava satisfeito, mas considera que a opção tomada é a mais correta e que o IICT ficará com maior capacidade do que tinha atualmente.

O Sr. Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS-PP) cumprimentou o Sr. Secretário de Estado, agradeceu os esclarecimentos prestados, a preocupação com todos os trabalhadores e sublinhou o compromisso de salvaguardar a história de 130 anos desta instituição num período de grande contenção orçamental. O caminho de aproximação à universidade é, do nosso ponto de vista, certo, mas é seguramente um processo complexo e moroso. Do ponto de vista do CDS-PP não há qualquer desmantelamento em curso e não existem dúvidas quanto ao empenho pessoal do Sr. Secretário de Estado e concluiu perguntando qual a ideia quanto à conclusão do processo.

O Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Luís Campos Ferreira, disse que se trata de um processo complexo que envolve vários ministérios e um conjunto de protocolos muito particulares. Cada passo que se vai dando implica novos passos. Diariamente trabalha-se neste processo mas não pode avançar um prazo para o desfecho porque tem medo de falhar.

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) começou por referir que há uma diferença entre ter um laboratório que depende do Estado ou que depende da universidade. O Sr. Secretário de Estado disse que tinha três alternativas e optou pela integração na universidade. E se é verdade que tem o dever e o direito de decidir também tem o de se justificar. Porque é que o IICT ficou na dependência do MNE e porque é que o Orçamento do Estado reduziu tão significativamente a verba atribuída a este Instituto. Disse ainda que pensava que por ter decorrido muito tempo, o Sr. Secretário de Estado apresentaria soluções concretas, e o facto de não ter representa um retrocesso. Reportou-se ao comunicado do Conselho Científico do IICT, do passado dia 11 de março, que diz que falta definir a natureza jurídica, os detalhes da transferência e o destino do AHU. Concluiu questionando se esta situação geradora naturalmente de ansiedade tem ou não consequências nos projetos de investigação em curso ou projetados.

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 139/XII/ 3.ª SL

O Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Luís Campos Ferreira, disse que tem a lucidez política de saber que por mais que fundamentasse nunca teria o aplauso dos partidos da oposição. Tem avançado com muita prudência, mas importa referir que o IICT antes de se pensar na integração na universidade não tinha níveis de investigação fantásticos, era necessário dinamizá-lo. Quanto ao AHU, disse que na sequência de auscultação que fez, considera que não deve estar na universidade, mas sim no arquivo nacional da Torre do Tombo.

O Sr. Deputado Pedro Silva Pereira (PS) disse que o reitor da Universidade de Lisboa disse que ficaria com o IICT se o Governo desse garantias de, no futuro, assegurar o respetivo orçamento. Não compreende como se consegue garantir a integridade do IICT quando reconhece também que o AHU será transferido para o arquivo da Torre do Tombo. Vai deixar de haver um instituto e o que se ganha é pouco. Rematou perguntando como é que o Estado deixa de contar com um instituto fundamental para a sua política externa.

A Sr.ª Deputada Carla Cruz (PCP) disse que um laboratório do estado é fundamental para a política externa do Estado. A integração na universidade não vai permitir que a instituição se mantenha. O que é que subjaz politicamente a esta decisão. A questão da integração na universidade vai implicar transferência de verbas para a Universidade para que se possa prosseguir as atribuições e assegurar os pagamentos. Perguntou a concluir se a situação dos bolseiros estava assegurada.

O Sr. Deputado António Rodrigues (PSD) cumprimentou o Sr. Secretário de Estado pelo espírito de abertura manifestado e disse que se considerava satisfeito pelo caminho trilhado.

A Sr.ª Deputada Helena Pinto (BE) disse que todo o processo está repleto de fragilidades e não apresenta garantias nenhuma e perguntou se o Sr. Secretário de Estado pondera voltar atrás nesta decisão.

O Sr. Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Luís Campos Ferreira, disse que não se trata de um processo fácil nem que possa ser

COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 139/XII/ 3.ª SL

gerido com ligeireza. O IICT não vai ser extinto e disse que tomava nota que o grupo parlamentar do PS considerava que o AHU devia ficar na universidade.

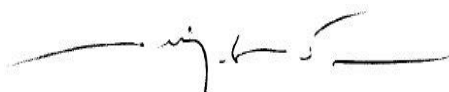
O Sr. Deputado Pedro Silva Pereira (PS) pediu a palavra porque não podia deixar passar a afirmação o Sr. Secretário de Estado, pois o que disse é que não se podia afirmar a integridade do Instituto quando se prevê que o AHU seja integrado na Torre do Tombo. Reiterou o pedido já feito, no sentido de ser pedido através do Sr. Presidente, o acordo de princípio, para ser distribuído aos membros da Comissão.

Dado o adiantado da hora, a Comissão deliberou adiar a Audição do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Dr. Luís Campos Ferreira, sobre o Conceito Estratégico da Cooperação Portuguesa 2014-2020, para data posterior às eleições europeias

A reunião foi encerrada às 19:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 maio 2014.

O PRESIDENTE



(SÉRGIO SOUSA PINTO)



COMISSÃO DE NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COMUNIDADES PORTUGUESAS

ACTA NÚMERO 139/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carina Oliveira
Carla Cruz
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Lobo D' Ávila
Helena Pinto
Jorge Rodrigues Pereira
Maria de Belém Roseira
Maria Gabriela Canavilhas
Maria José Moreno
Maria Manuela Tender
Nuno Magalhães
Paulo Pisco
Pedro Silva Pereira
Ricardo Baptista Leite
Sérgio Sousa Pinto
Ângela Guerra
António Rodrigues
João Ramos
José Lino Ramos
Teresa Anjinho

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Laurentino Dias

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves
Carlos Páscoa Gonçalves
Maria Ester Vargas
Maria João Ávila
Mário Magalhães